

SOBRE HISTÓRIA CULTURAL E ESTUDOS DE GÊNERO:

Uma entrevista com a historiadora Joana Maria Pedro



Joana Maria Pedro

Fonte: Acervo pessoal da entrevistada

Maria Adaiza Lima Gomes

Doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membra do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da mesma Universidade.

SOBRE HISTÓRIA CULTURAL E ESTUDOS DE GÊNERO: Uma entrevista¹ com a historiadora Joana Maria Pedro**ABOUT CULTURAL HISTORY AND GENDER STUDIES: An interview with the historian Joana Maria Pedro**

Entrevistadora: Maria Adaiza Lima Gomes

Conhecida pelos seus inúmeros trabalhos na área dos estudos de gênero, a historiadora Joana Maria Pedro é, atualmente, professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando na graduação em História, no Programa de Pós-Graduação em História, e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas desta Universidade. Sua formação começou com a graduação em História, pela Universidade do Vale do Itajaí (1972) e continuou com o mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979), com o doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo (1992), com o primeiro pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002, e o segundo pós-doutorado nos Estados Unidos, na Brown University, entre 2016 e 2017. Além disso, Joana trabalhou em diversos cargos na UFSC: foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, entre 1993 e 1995, diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, entre 1996 e 2000, coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, entre 2008 e 2012, e pró-reitora de Pós-Graduação entre 2012 e 2016.

Hoje, além do trabalho realizado em sala de aula, a professora é presidenta da Associação Nacional de História (ANPUH) e pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC. Suas pesquisas têm ênfase em História do Brasil República, contemplando principalmente as temáticas referentes aos feminismos, às relações de gênero, à história das mulheres, à memória, à história oral, à história do tempo presente e à história comparativa.

¹ Esta entrevista foi realizada de forma escrita, via e-mail.

Maria Adaiza Lima Gomes: Primeiramente, quero te agradecer por conceder-me a entrevista de forma tão solícita. Em segundo lugar, gostaria que me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica/profissional. Como você trilhou o seu percurso da graduação até aqui?

Joana Maria Pedro: Eu nasci em Itajaí, numa família de 6 filhos, das mulheres eu sou a mais velha. Meu pai era contador prático e, nos finais de semana, era músico. Com isso conseguia ampliar um pouco a renda familiar. Minha mãe era dona de casa, mas quando solteira foi operária na fábrica de papel em Itajaí. Antes disso ela foi empregada doméstica. Meu pai tinha até o quinto ano (complementar era chamado) como escolaridade e minha mãe estudou somente até o segundo ano do primário. Eu estudei nos quatro primeiros anos em escola pública, depois fiz o ginásio num colégio religioso e pago. Fiz o ensino médio numa escola comunitária. Era paga, mas pagava pouco. Comecei a trabalhar com 17 anos nas Casas Pernambucanas, quando estava no ensino médio. Fiz o ensino técnico contábil, como ensino médio. Em seguida fui trabalhar numa companhia de Seguros. Trabalhei depois na contabilidade de uma loja de eletrodomésticos. Foi então que terminei o ensino médio. Em Itajaí as únicas alternativas que havia para uma moça de família pobre estudar no ensino superior eram: Direito, Pedagogia, História ou Geografia. Em Itajaí havia um curso superior comunitário, chamado FEPEVI – Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí.

Escolhi História. No primeiro ano do curso continuei trabalhando na loja de eletrodomésticos e no segundo ano consegui uma vaga numa escola pública. Dei aulas de história para quatro salas de quinta série. O início foi em março de 1970. Fiquei dando aulas de quinta à oitava série na escola pública do Estado de Santa Catarina até 1980. Entre 1970 e 1977 estava como professora provisória. A partir de 1978 me tornei concursada. Dei aulas de história também no Colégio São José – uma escola religiosa e particular. Dava aulas para a oitava série e o primeiro ano do ensino médio.

Em 1976 fui para a UFSC fazer mestrado. Minha intenção era me qualificar melhor para um possível concurso como professora no Estado de Santa Catarina. Defendi meu mestrado em março de 1979. Escrevi uma dissertação sobre a Construção Naval em Itajaí. Era uma dissertação de História Econômica, com viés quantitativista chamada “O desenvolvimento da construção naval em Itajaí, Santa Catarina, uma resposta ao mercado local (1900-1950)”.

No ano seguinte, em 1980 comecei a dar aulas no ensino superior. Dei aulas na FEPEVI no curso de economia de História Econômica e de História do Pensamento Econômico. Em 1982 fiz concurso para professor na Universidade Federal de Santa Catarina. Tirei o segundo lugar e fui chamada no ano seguinte para assumir o cargo. Comecei a dar aulas em junho de 1983. Nesta Universidade iniciei dando aulas no curso de Economia de História do Pensamento Econômico, na graduação de Economia. Foi aí neste curso que passei a participar de grupo de estudos que liam “O Capital” de Karl Marx. Mas já em 1985 comecei a formar meu próprio grupo de estudos. Neste ano me tornei diretora da ANPUH-SC e tive contato com muitos professores de diferentes lugares do Brasil. Em 1986 a Profa. Dra. Sandra Pesavento convidou-me a escrever um livro sobre a Escravidão em Santa Catarina. Eu então convidei meus colegas de grupo de estudos e começamos a ler sobre o assunto. Ao sair edital do CNPq de apoio para esta temática, em vista dos 100 anos da abolição, enviamos um projeto ao CNPq e conseguimos três bolsas de iniciação científica e recursos para a pesquisa. Foi desta maneira que entrei em contato com diferentes bibliografias fora do viés marxista. Afinal discutir preconceito nunca foi o forte da bibliografia marxista. Foi também através destas leituras e da pesquisa empírica nos periódicos que eu pensei meu tema de pesquisa para o doutorado. Assim, em 1988 iniciei o doutorado na USP, orientada pela Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias. O tema seria “Mulher honesta: modelo, dominação e resistência”. A intenção era discutir os preconceitos em relação às mulheres. Foi em 1988 que saiu publicado o livro que era resultado da pesquisa que nós fizéramos em conjunto. O título foi “Negro em terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina”.

Defendi meu doutorado em 1992. A tese teve o título de “Mulheres honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe” que depois foi publicada como livro em 1994. Em 1993 defendi e fui aprovada no exame de titular com o trabalho “Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX.” Este trabalho também se transformou em livro em 1995.

Tanto na tese, quanto no trabalho de titular minha abordagem foi se direcionando para questões culturais. Mesmo que dentro do viés neomarxista. Nesta época os livros de E. P. Thompson e de Michel Foucault faziam parte das leituras de nosso grupo de estudos. Participavam deste grupo os Profs. Maria Bernardete Ramos Flores, Henrique Pereira Oliveira, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel, Cintia Machado Campos, Maria Teresa Santos Cunha, Luiz Felipe Falcão. Por vezes também vinha Paulo Pinheiro Machado.

Estas discussões me ajudaram muito na pesquisa do doutorado. Ler periódicos e discutir como eles reproduzem imagens antigas plenas de estereótipos, as leituras das antropólogas feministas foram muito importantes (Margareth Mead, Gayle Rubim e outras) e utilizar processos judiciais na pesquisa implica observar a maneira como a justiça julgava baseada em normas. Aqui Michel Foucault auxiliava muito.

M.A.L.G.: Joana, esta entrevista está sendo feita para a submissão em um dossiê temático sobre História Cultural. Sabemos que esta foi a área de concentração do programa de pós-graduação em história da UFSC por algum tempo, até este ano. Como se deram seus primeiros contatos com esse campo de estudos e como ele contribuiu teórico-metodologicamente na produção das suas pesquisas?

J.M.P.: Como disse, foi através do grupo de estudos e do próprio doutorado, que cada um/uma de nós estava fazendo, que fossemos tendo contato com outras leituras que não mais se centravam no marxismo. Algumas pessoas trouxeram contribuições bibliográficas, entre elas quero citar a própria Maria Odila Leite da Silva Dias que nos entregava textos que ela tinha trazido recentemente dos Estados Unidos. Nós traduzíamos e líamos em São Paulo, onde também formamos um grupo de estudos no apartamento em que morávamos. Outra pessoa foi Sandra Pesavento, ela tinha muito contato comigo e me convidou algumas vezes para participar de atividades na França e no Rio Grande do Sul. Ela trazia bibliografias que vinham da França. Eu mesma estive na França entre 2001 e 2002 fazendo pós-doutorado e tive contato com novas questões.

É importante, entretanto, destacar a liderança nesta discussão trazida pela Profa. Maria Bernardete Ramos Flores. A própria tese de doutorado dela dialogava muito com a História Cultural. Foi ela que nos introduziu em muita leitura que desconhecíamos. Ela me substituiu na coordenação da Pós-Graduação e ficou administrando por 4 anos. Foi durante a administração dela que se criou o doutorado e que se mudou a área de concentração para História Cultural.

M.A.L.G.: Você é uma das mais antigas docentes do programa de pós-graduação em História da UFSC, inclusive já tendo sido coordenadora. Você esteve presente durante a inserção da História Cultural como área de concentração? Gostaria que contasse como se deu esse processo e quais razões o influenciaram.

J.M.P.: Como já disse o mestrado em História quando foi criado tinha duas grandes linhas de atuação, uma ligada à Escola dos Annales, onde as questões da história

demográfica e a econômica eram muito importantes. Havia ainda um viés mais empirista com professores que buscavam mais a reprodução das fontes do que a análise ou a discussão teórica. Lembro que foi neste grupo de professores, no caso o Prof. Carlos Humberto Correa que introduziu a História Oral. Creio que ele foi um pioneiro no Brasil. Ele conseguiu um recurso da Fundação Ford e ministrou um curso para formar pesquisadores nesta metodologia. Interessante que para ele a História Oral deveria fornecer as informações que as outras fontes não poderiam fornecer, além disso, ele nos aconselhava a fazer entrevistas com pessoas importantes (quem ocupava cargo político ou tinha sido grande empresário) antes que estas pessoas morressem.

Sobre a criação da linha de pesquisa de História Cultural, a verdade é que há mais tempo teses estavam sendo feitas com este viés. A profa. Maria Bernardete Ramos Flores continuou trazendo novas leituras e foi se direcionando cada vez mais para a história da arte. De minha parte eu fui me dedicando cada vez mais às discussões do feminismo. Os aportes da história cultural ajudavam a pensar as questões de gênero, fossem elas relativas à discussão de aborto e infanticídio, como foi uma das pesquisas que fiz, como sobre contracepção e feminismo.

O importante é destacar que em 1998 quando foi proposta a nova área de concentração junto com a criação do doutorado, não houve oposição, ou pelo menos esta não se mostrou. A aprovação pela CAPES do doutorado com nota A (esta era a maior nota na época) foi a coroação de todo um esforço que foi feito. Lembro de novo o protagonismo da Profa. Maria Bernardete Ramos Flores, à frente do Programa. Nesta época eu era a diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

M.A.L.G: Hoje você é umas das maiores referências em estudos de gênero no Brasil e também é presidenta da Associação Nacional de História. Como você considera que os estudos de gênero contribuem para a História?

J.M.P: Quero dizer que eu não sou uma das maiores referências em estudos de gênero. Penso que minha atuação como Pró-Reitora de Pós-Graduação entre 2012 e 2016 fez parar minha leitura e atrasou muito minha pesquisa. Temo que, neste momento, assumir a presidência da Associação Nacional de História não esteja me ajudando a recuperar as leituras e a pesquisa. Sobre a importância dos estudos de gênero para a História eu faço uma pergunta diferente: como se pode escrever história sem levar em consideração gênero, raça, classe? E não se trata de “preencher lacunas”, discutir gênero é perceber como as disputas sociais,

econômicas e políticas tem um viés de gênero, de classe e de raça. Katte Millet já nos alertava nos anos setenta como discutir sexo é considerado vergonhoso e de menor importância. Talvez justamente porque esteja tão presente no dia a dia.

M.A.L.G.: Como os estudos de gênero e a história cultural se relacionam? Como estes estudos colaboram com a história cultural e vice-versa?

J.M.P.: Se você compreende o peso da cultura, se você se dá conta que o que comemos, onde e como vivemos, com quem nos relacionamos, nossa forma de governo, nossa forma de administrar, enfim tudo isso que é a sociedade que vivemos já estava aí quando nascemos, e quando você se dá conta que mesmo aquilo que é considerado tão novo já vem carregado de antigo, já vem dentro do formato do antigo, você vê o peso da cultura. E, creio que, nestas coisas tão difíceis de mudar está aquilo que se considera o que é um homem e o que é uma mulher. É como se todo mundo já soubesse (com base na cultura) o que é. É como se fosse uma heresia até mesmo perguntar: o que é um homem? O que é uma mulher? Esta invenção (no sentido de Foucault) é considerada dada. Os estudos de gênero questionam este “dado” e, portanto, abalam as certezas culturais.

Artigo recebido em outubro de 2017. Aprovado em dezembro de 2017